

**Utilização das informações contábeis na gestão de Microempreendimentos Individuais da
cidade de Monteiro - PB**

***Use of accounting information in the management of Individual Microenterprises in the city
of Monteiro – PB***

**Recebido: 30/12/2024 – Aprovado: 06/08/2025 – Publicado: 1/10/2025
Processo de Avaliação: Double Blind Review**

Fabiano Ferreira da Silva Filho
Universidade Estadual da Paraíba
<https://orcid.org/0009-0008-3173-1494>
fabiano.filho@aluno.uepb.edu.br

Allisson Silva dos Santos
Universidade Estadual da Paraíba
<https://orcid.org/0000-0001-5121-9553>
allissonst@hotmail.com

José Hilton Santos Aguiar
Universidade Estadual da Paraíba
<https://orcid.org/0000-0002-2642-8342>
hilton@servidor.uepb.edu.br

Guthemberg Cardoso Agra de Castro
Universidade Estadual da Paraíba
<https://orcid.org/0000-0003-4107-2388>
guthemberg@servidor.uepb.edu.br

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar a utilização das informações contábeis na gestão de Microempreendimentos Individuais da cidade de Monteiro - PB. Para isso, adotou-se uma abordagem qualitativa e entrevistas semiestruturadas com Microempreendedores Individuais (MEIs) de diferentes setores nesta cidade. Os resultados revelam que muitos desses empreendedores enfrentam dificuldades na interpretação de dados contábeis, e a falta de conhecimento técnico limita o uso eficaz dessas informações na gestão. No estudo, percebe-se que alguns MEIs não utilizam as informações contábeis para auxiliar na gestão do negócio, o que os leva a gerir seus empreendimentos com base apenas na confiança e no conhecimento adquirido ao longo do tempo de existência do empreendimento. O trabalho constata que, quando acessível e adaptada à realidade dos MEIs, as informações contábeis podem auxiliar de forma estratégica

na gestão, contribuir para a tomada de decisão assertiva e para a melhora da *performance* dos seus negócios.

Palavras-chave: gestão, informações contábeis, microempreendedores.

ABSTRACT

The research aims to analyze the use of accounting information in the management of Microenterprises in the city of Monteiro, PB. To achieve this, a qualitative approach was adopted, including semi-structured interviews with Microentrepreneurs (MEIs) from various sectors in the city. The results reveal that many of these entrepreneurs' face difficulties in interpreting accounting data, and the lack of technical knowledge limits the effective use of this information in management. The study indicates that some MEIs do not use accounting information to support business management, relying instead on the trust gained from knowledge acquired over the lifetime of the enterprise. The study concludes that, when accessible and tailored to the reality of MEIs, accounting information can strategically support management, contribute to assertive decision-making, and improve business performance.

Keywords: management, accounting information, microentrepreneurs.

1 INTRODUÇÃO

A Lei Complementar 128/2008, responsável por instituir o regime jurídico do Microempreendedor Individual (MEI), foi fruto de um longo processo de evolução nas políticas públicas para formalizar pequenos negócios no Brasil. A criação do Simples Federal, pela Lei nº 9.317/1996, marcou um passo inicial na simplificação da tributação para micro e pequenas empresas. Entretanto, essa legislação não contemplava os empreendedores informais, que continuavam sem acesso aos benefícios previdenciários e à regularização fiscal. Esse panorama evidenciou a necessidade de políticas mais abrangentes, levando à criação do MEI como alternativa de inclusão para esses trabalhadores (Brasil, 2024; Sebrae, 2024).

Em 2006, a Lei Complementar nº 123 foi sancionada, criando o Simples Nacional: um regime tributário unificado que ampliou os benefícios fiscais para Micro e Pequenas Empresas. No entanto, essa legislação também não contemplava adequadamente os microempreendedores informais. Em 2008, a Lei Complementar nº 128 surgiu como solução, ao estabelecer o MEI como uma nova categoria jurídica. Com um sistema simplificado e acessível, o MEI buscava não

apenas regularizar esses trabalhadores, mas também promover sua inclusão econômica e social, beneficiando milhões de autônomos em todo o país (Brasil, 2024).

Nessa seara, a Lei Complementar 128/2008 entrou em vigor em 2009, com a implementação do MEI, e trouxe resultados expressivos para a formalização da economia. Dados do Sebrae indicam que, até 2016, mais de 6,6 milhões de Microempreendedores Individuais foram formalizados, refletindo avanços no acesso ao crédito, no planejamento financeiro e na melhoria das condições de compra. Entre as atividades mais registradas, o comércio varejista de vestuário ocupou posição de destaque. Esses números comprovam que a Lei Complementar 128/2008 consolidou-se como um marco na diminuição da informalidade e no incentivo ao empreendedorismo no Brasil (Sebrae, 2024; Brasil, 2024).

Ademais, conforme o artigo 18-A da Lei 128/2008, os Microempreendedores Individuais estão isentos legalmente de manter uma escrita contábil formal, e muitas vezes por esse motivo, não procuram orientação contábil para obter informações que os ajudem nas decisões de gestão. Eles buscam essa assessoria apenas para a formalização e cálculo de tributos da empresa (Oliveira, 2017).

No entanto, segundo Marion (2015), mesmo que os MEIs não tenham obrigação de manter registros contábeis formais, é essencial que utilizem informações contábeis para garantir o controle e o desenvolvimento do negócio. Ele enfatiza que dados organizados, como receitas, despesas e fluxo de caixa, ajudam os empreendedores a entenderem a saúde financeira da empresa, explorar possibilidades de crescimento e evitar problemas como dívidas excessivas ou aplicação inadequada de recursos. Assim, essas informações são fundamentais para decisões estratégicas e sustentáveis.

Ademais, Ribeiro (2018) destaca que, para o Microempreendedor Individual (MEI), a organização das informações contábeis é essencial não apenas para o controle financeiro, mas também para a tomada de decisões estratégicas. Ao manter um acompanhamento rigoroso de receitas, despesas e fluxo de caixa, o empreendedor obtém uma visão clara da saúde financeira do negócio, o que contribui para reduzir os riscos financeiros e aumentar os resultados, estabelecendo uma base sólida para um crescimento sustentável da empresa.

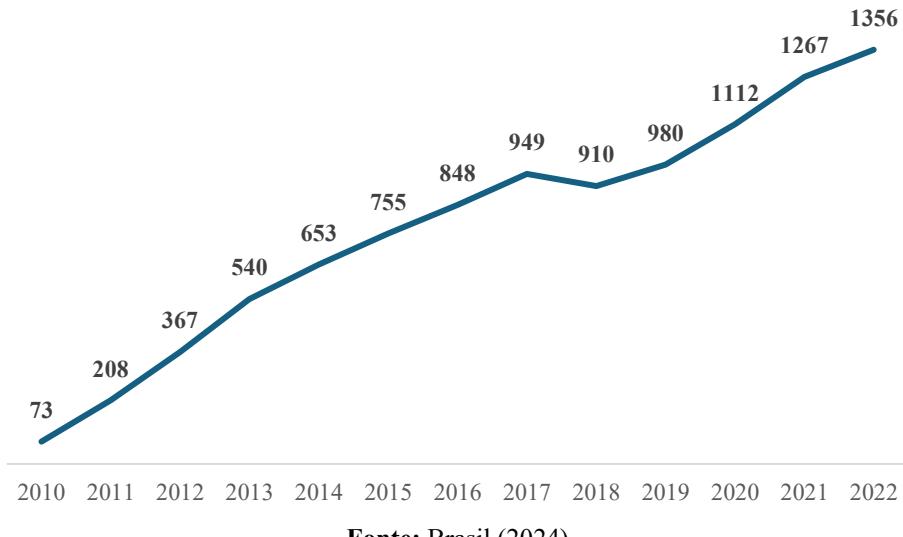
No contexto do cariri ocidental paraibano, mais especificamente na cidade de Monteiro – PB, o empreendedorismo surge como uma oportunidade para os indivíduos colocarem em prática atividades geradoras de renda. Essa região possui a caatinga como vegetação natural, perpassando por um bioma especificamente brasileiro, diante da existência de cactos, bromélias,



arbustos com galhos retorcidos e raízes profundas (Alves et al., 2022), além de uma cultura que considera manifestações populares, folclore e estudos antropológicos e históricos. Em termos de destaque em atividades econômicas, pode-se mencionar eixos como o artesanato, o turismo e a caprinocultura (Sebrae Paraíba et al., 2025).

Apesar da contabilidade ser considerada um campo de estudo que apoia os gestores em suas atividades, ainda existem dúvidas se pequenos empreendedores compreendem o papel da contabilidade na tomada de decisão. Nessa perspectiva, este estudo se dedica ao alcance de um panorama geral de percepções do microempreendedor monteirense em relação à contabilidade no cenário de decisões. Diante disto, o objetivo do presente estudo consiste em analisar a utilização das informações contábeis na gestão de Microempreendimentos Individuais da cidade de Monteiro - PB. O Gráfico 1 mostra o crescimento no número de microempreendedores na cidade de Monteiro, referente aos anos de 2010 a 2022.

Gráfico 1 - Número de microempreendedores na cidade de Monteiro – PB



Fonte: Brasil (2024)

No período de 2010 a 2022, houve um aumento de 1.283 microempreendedores individuais formalizados no município de Monteiro. Isso acarretou um crescimento percentual de 1.758,9%. Isso significa que o número de MEIs em Monteiro cresceu quase 18 vezes nesse período (Brasil, 2024). Diante disso, a abundância de registros empresariais neste município

sugere que os microempreendedores individuais podem correr o risco de não prosperar em seus negócios, caso não tenham apoio na gestão de informações contábeis, o que justifica o estudo.

Assim, entender como os microempreendedores individuais da cidade de Monteiro - PB utilizam as informações contábeis em sua gestão pode fornecer *insights* valiosos sobre a eficácia dessas informações na gestão dos MEIs. Isso ajudará a identificar desafios, aprimorar estratégias de gestão e orientar políticas públicas voltadas para o fortalecimento dos microempreendedores individuais.

Este manuscrito se torna relevante, por evidenciar os resultados do estudo de Simões (2015), o qual demonstrou que os empreendedores ainda possuem dificuldades em compreender o potencial existente na contabilidade. Os resultados deste estudo poderiam servir de base para a geração de projetos que visem fomentar a educação contábil para esses empreendedores, por meio de políticas públicas, atividades extensionistas, ações advindas de grandes empresas, entre outras possibilidades.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Empreendedorismo e microempreendedor individual

O empreendedorismo desempenha um papel crucial no avanço e prosperidade de países e áreas geográficas, fomentando a formação e expansão de empresas. Isso pode ser impulsionado por empreendedores individuais que identificam, avaliam e aproveitam oportunidades de negócio, resultando em desenvolvimento econômico (Santos, 2020). Como resultado, o empreendedorismo tem se fortalecido, com organizações como o Sebrae, colaborando com pequenos empresários por meio de treinamentos e assistência empresarial. Isso estimula a criação de novas ideias de negócios para atender às demandas do mercado, promovendo o desenvolvimento econômico, conforme destacado por Simões (2015).

O empreendedor é identificado como o indivíduo econômico responsável por introduzir novos produtos ao mercado, seja através de uma utilização mais eficiente dos recursos de produção ou pela implementação prática de inovações tecnológicas. O empresário mantém sua importância na economia devido ao seu espírito empreendedor e sua capacidade de inovação. Essas qualidades são influenciadas pelo ambiente circundante e têm um impacto direto no crescimento econômico, na produtividade e na criação de empregos (Farah *et al.*, 2018).

Com o objetivo de regularizar empreendedores que operavam informalmente, a Lei Complementar – LC 128/2008 foi instituída, introduzindo a categoria do Microempreendedor Individual (MEI) para aqueles incapazes de formalizar-se como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP). A LC 128/2008 aborda aspectos como a definição, critérios de inclusão, tributação, e outras especificidades relacionadas à formalização do MEI (Gonçalves, 2021).

De acordo com o parágrafo 1 do artigo 18-A da Lei nº 123/2006, considera-se microempreendedor individual aquele que: (i) tenha registrado uma receita bruta de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais) no ano anterior; (ii) esteja enquadrado no Simples Nacional; e (iii) seja empresário individual conforme definido no artigo 966 do Código Civil, como mencionado anteriormente, ou exerça atividades de industrialização, comercialização, prestação de serviços rurais, processamento de produtos extrativistas e outras definidas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional (Santos; Marcelinho, 2022). O programa destinado ao Microempreendedor Individual (MEI) não apenas facilita a formalização dos trabalhadores informais, mas também visa a criação de novos empregos, resultando em um aumento na economia local e no bem-estar da comunidade (Costa, 2018).

2.2 Uso das informações contábeis na gestão

O uso das informações contábeis nas microempresas é fundamental para a gestão financeira e a tomada de decisões estratégicas. Segundo Iudícibus (2014), as informações contábeis são uma ferramenta essencial para que o microempresário compreenda a saúde financeira do seu negócio, possibilitando uma visão clara sobre lucros, custos e a viabilidade das operações. A utilização dessas informações permite, inclusive, otimizar o fluxo de caixa e monitorar a rentabilidade da empresa, fatores determinantes para sua competitividade. Isso é especialmente relevante para as microempresas, que enfrentam limitações no acesso a crédito e precisam manter um controle rigoroso sobre suas finanças para garantir sua sobrevivência no mercado.

Para que a contabilidade atinja seus objetivos, as informações geradas devem ser claras, concisas e precisas, a fim de apresentar um diagnóstico objetivo e real da empresa (Popa; Nedelea, 2022). Além disso, Marion (2015) argumenta que, embora a contabilidade formal não seja obrigatória para os microempreendedores, o acesso às informações contábeis é imprescindível para a tomada de decisões estratégicas. Para o autor, a falta de registros

financeiros precisos pode resultar em dificuldades graves para o crescimento do negócio, como a incapacidade de tomar empréstimos, falhas no planejamento tributário e dificuldades para atrair investidores. Ele destaca que a contabilidade oferece uma base sólida para o planejamento financeiro e a implementação de estratégias que visam o crescimento sustentável, o que ajuda a mitigar riscos e maximizar os resultados da microempresa.

Nesse sentido, Nakagawa (2013) reforça a ideia de que, mesmo com a simplificação dos processos contábeis para microempresas, manter um controle adequado das finanças é essencial para garantir a continuidade dos negócios. O autor destaca que as microempresas que não utilizam as informações contábeis de forma eficiente enfrentam dificuldades para administrar a liquidez e o fluxo de caixa, o que pode resultar em crises financeiras que comprometem a operação. A falta de um controle financeiro rigoroso impede a identificação de problemas antes que se tornem críticos, prejudicando a capacidade da empresa de se adaptar às mudanças do mercado e ao ambiente econômico instável.

Ribeiro (2018) aponta que uma das maiores dificuldades das microempresas é a falta de uma organização contábil robusta, o que pode levar a erros de planejamento e, em casos extremos, à falência do negócio. O autor defende que o uso de informações contábeis, como o controle de despesas e receitas, possibilita ao empreendedor tomar decisões com base em dados precisos e concretos, minimizando os riscos. A contabilidade oferece as ferramentas necessárias para a definição de orçamentos realistas, o acompanhamento do desempenho financeiro da empresa e a identificação de áreas que precisam de ajustes para que o negócio se mantenha saudável financeiramente e competitivo no mercado.

Silva e Costa (2019) discute como muitos microempresários ainda subestimam a importância da contabilidade para o planejamento financeiro e a gestão estratégica de seus negócios. O estudo revela que, embora existam ferramentas contábeis simples e acessíveis, muitos empreendedores não as utilizam adequadamente, o que pode comprometer a saúde financeira da empresa. Assim, a falta de informações contábeis organizadas impede que o empreendedor visualize a evolução do negócio e dificulta a tomada de decisões informadas, levando a uma gestão mais reativa do que estratégica.

Além disso, Oliveira, Santos e Silva (2021) afirmam que a utilização de informações contábeis é um dos principais fatores para o crescimento das microempresas, principalmente no que diz respeito ao acesso a crédito. A pesquisa indica que os microempresários que mantêm um controle financeiro rigoroso têm uma chance maior de apresentar resultados claros para as

ISSN:2446-8622

instituições financeiras, o que facilita a obtenção de recursos para expansão do negócio. As informações contábeis, portanto, não apenas ajudam na gestão interna, mas também funcionam como uma ferramenta essencial para o fortalecimento da empresa no mercado financeiro, permitindo-lhe competir com empresas de maior porte.

Nesse sentido, destaca-se que a informação contábil é essencial para o planeamento rotineiro e para as tarefas de controle (Mohammed, 2022). Por fim, Santos (2019) relata que a boa gestão das informações contábeis é decisiva para o sucesso e a longevidade das microempresas. O autor argumenta que as microempresas que utilizam corretamente os dados financeiros, por meio de uma contabilidade bem-organizada, têm maior capacidade de se adaptar às mudanças do mercado e de implementar ajustes estratégicos quando necessário. A informação contábil, portanto, se torna uma aliada essencial para a sobrevivência das microempresas em um ambiente de negócios cada vez mais competitivo e dinâmico.

2.3 Processo decisório

O processo de tomada de decisão nas empresas é fortemente influenciado pelas informações contábeis, que são fundamentais para avaliar o desempenho financeiro, detectar tendências e fazer escolhas estratégicas (Iudícibus, 2015). Segundo Iudícibus (2014), as informações contábeis são essenciais no processo de tomada de decisão, pois oferecem uma visão clara da situação financeira da empresa, permitindo que os gestores identifiquem problemas, oportunidades e definam estratégias de ação. Além disso, elas são fundamentais para avaliar a performance, controlar custos e determinar investimentos, funcionando como um apoio crucial para decisões que visam o crescimento e a sustentabilidade organizacional.

Além disso, essas informações são cruciais para a avaliação de investimentos e a análise de viabilidade de projetos. Em resumo, as informações contábeis proporcionam uma base objetiva e mensurável para a tomada de decisões, permitindo que os gestores façam escolhas informadas e estratégicas. A capacidade de interpretar e utilizar essas informações de maneira eficaz é um diferencial competitivo essencial no cenário empresarial atual (Iudícibus, 2015).

Os microempreendedores individuais (MEIs) precisam entender claramente as informações contábeis, pois isso facilita o gerenciamento financeiro e permite a tomada de decisões estratégicas mais eficazes. Uma compreensão adequada desses dados oferece uma base sólida para competir no mercado e aprimorar a gestão do negócio, ajudando o empreendedor a

ISSN:2446-8622

alcançar um desempenho mais competitivo e sustentável (Pereira; Sousa, 2020). Essa interpretação adequada é um fator que contribui para assegurar a competitividade e a sustentabilidade da empresa, com escolhas mais precisas e alinhadas com os objetivos organizacionais (Garrison *et al.*, 2015).

Em continuidade, a gestão financeira do MEI exige uma organização eficiente das informações contábeis para garantir uma visão clara da saúde do negócio. A falta de controle sobre receitas e despesas pode comprometer a continuidade da microempresa e o monitoramento constante dessas informações, mesmo com uma contabilidade simplificada, é vital para manter um fluxo de caixa equilibrado e tomar decisões estratégicas que assegurem a sustentabilidade da empresa no longo prazo. Assim, a utilização das informações contábeis contribui diretamente para o crescimento e o planejamento financeiro adequado (Silva; Costa, 2019).

Por fim, para os microempreendedores individuais (MEIs), a adoção de práticas contábeis, mesmo de maneira simplificada, é crucial para o planejamento financeiro eficaz e para uma melhor compreensão das operações do negócio. Assim, por meio da organização contábil, o MEI pode obter uma visão mais precisa sobre seus custos, receitas e fluxo de caixa, o que lhe permite tomar decisões mais informadas e estratégicas. Essas práticas contábeis não apenas garantem uma gestão financeira mais eficiente, mas também são essenciais para o crescimento sustentável da empresa. Além disso, a contabilidade oferece a base para identificar áreas de melhoria e otimizar os recursos, contribuindo para a competitividade no mercado e o sucesso a longo prazo do empreendimento (Almeida, 2019).

3 METODOLOGIA

O presente estudo tem como objetivo analisar a utilização das informações contábeis na gestão de Microempreendimentos Individuais da cidade de Monteiro - PB. Ela é classificada como descritiva, que, conforme Prodanov e Freitas (2013), visa registrar e explicar os eventos observados em uma população específica ou fenômeno, ou ainda estabelecer conexões entre variáveis sem influenciar neles.

Em relação à natureza da pesquisa, ela se caracteriza como aplicada, pois segundo Lakatos e Marconi (2001), possui a finalidade de produzir conhecimento com aplicação prática, direcionada para resolver problemas específicos. Nessa perspectiva, possui caráter mais prático



e busca de resultados que possam ser imediatamente utilizados em situações concretas, atendendo às demandas de empresas, organizações ou da sociedade como um todo.

Quanto à abordagem do problema, o estudo adota uma abordagem qualitativa. Kauark, Manhães e Medeiros (2010) consideram que nas pesquisas qualitativas, existe uma interação dinâmica entre a realidade e a pessoa, na qual há uma ligação inseparável entre o mundo tangível e a experiência subjetiva, algo que não pode ser quantificado. Por isso, os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente.

Destaca-se que a escolha dos sujeitos da pesquisa, os Microempreendedores Individuais (MEIs) da cidade de Monteiro-PB, ocorreu devido ao expressivo número de cadastros de MEIs na cidade entre 2010 e 2022. Nesse período, as micro e pequenas empresas registraram um total de 1.366 MEIs formalizados em 2022, representando um aumento de 1.758,9% na formalização (Brasil, 2024). Esse fato posiciona a cidade de Monteiro - PB no topo da microrregião do Cariri Ocidental Paraibano em quantidade de Microempreendedores Individuais.

A seleção da amostra foi conduzida com base nos critérios de acessibilidade e de conveniência. Segundo Lakatos e Marconi (2010), acessibilidade está relacionada à facilidade com que se pode obter dados ou acessar os sujeitos de pesquisa, indicando que as informações devem ser facilmente acessíveis para que o estudo possa ser conduzido sem dificuldades significativas, enquanto a conveniência refere-se à praticidade e à eficiência econômica na coleta desses dados, sugerindo que o pesquisador deve optar por métodos que sejam viáveis em termos de custo e tempo, evitando o uso desnecessário de recursos. O estudo foi conduzido com 10 (dez) Microempreendedores Individuais na cidade de Monteiro - PB, buscando obter informações de uma variedade de setores, incluindo dois participantes do setor de serviços e oito do setor de comércio.

Ademais, o instrumento de coleta de dados utilizado neste estudo foi a entrevista semiestruturada com 18 perguntas realizadas com MEIs de diferentes setores. As perguntas tinham por objetivo proporcionar uma visão abrangente sobre a situação dos microempreendedores, suas práticas de gestão, os desafios que enfrentam e as condições que podem influenciar suas decisões. De acordo com Gil (2002), nas pesquisas que utilizam a entrevista como método de coleta de dados, pode-se utilizar um roteiro estruturado, método que foi utilizado nesta pesquisa. Além disso, o instrumento de pesquisa utilizado nesse trabalho foi adaptado do questionário disponibilizado por Jesus (2017). A coleta de dados ocorreu no período de 12 de setembro a 15 de outubro de 2024.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa seção trata do detalhamento dos resultados desta pesquisa. Durante o andamento da pesquisa foi perguntado a quanto tempo os negócios dos MEIs estavam ativos desde a sua fundação, e a quanto tempo estavam ativos como MEI. As respectivas respostas foram descritas na Tabela 1.

Tabela 1
Faixa de Tempo de existência e formalização das empresas

Entrevistado	Tempo de existência do negócio	Tempo de formalização como MEI
E1	15 anos	12 anos
E2	36 anos	15 anos
E3	1 ano	1 ano
E4	Mais de 10 anos	10 anos
E5	10 anos	10 anos
E6	31 anos	Cerca de 12 a 15 anos
E7	17 anos	10 anos
E8	35 anos	3 anos
E9	30 anos	15 anos
E10	10 anos	4 anos

Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 1 permite visualizar a diferença entre o tempo total de atividade dos negócios e o período em que eles estão formalizados como MEI. A análise deste quadro aponta que, embora a maioria dos empreendedores possua experiência significativa, a formalização como MEI tende a ser um processo realizado depois de alguns anos de atividade. Isso indica uma possível evolução na percepção da significância da formalização ao longo do tempo.

No decorrer da execução das entrevistas, foram explicadas aos MEIs as definições sobre as atividades de controle e como elas podem auxiliar na tomada de decisão do negócio. Um dos questionamentos realizados durante a entrevista foi se eles utilizavam alguma atividade de controle para a gestão do negócio. Cerca de 80% (oitenta por cento) dos entrevistados afirmam que utilizam alguma atividade de controle. Também foi perguntado aos entrevistados qual a opinião deles em relação a ajuda dessas atividades de controle na gestão do seu negócio. As respostas encontram-se sumarizadas na Tabela 2.

Tabela 2
Atividades de controle

Entrevistados	Perspectiva sobre Controle	Formas de Controle
E2 e E7	Concordam que o controle é essencial para o crescimento do negócio. Destacam a necessidade de saber quanto se gasta e quanto se ganha para garantir o controle financeiro.	E2 utiliza agenda para registrar entradas, saídas e pagamentos. E7 usa um caderno para monitorar entradas, saídas de dinheiro e controle de estoque.
E3 e E8	Afirmam que o controle auxilia no controle de estoque, com registro do que entra e sai.	E3 faz anotações simples. E8 registra tudo em uma agenda.
E4 e E9	Consideram o controle útil para não esquecer dados como vendas do dia ou do mês.	E4, no passado, anotava tudo, mas agora guarda boletos. E9 mantém comprovantes e anotações eventuais sobre contas e fluxo financeiro.
E1 e E5	Não possuem controle formal, mas acreditam que as informações contábeis ajudam na tomada de decisão.	E5 e E6 têm noção de contas a pagar e receber, mas não realizam anotações regulares nem controle sistemático de estoque.
E6	Não acredita que as informações contábeis sejam úteis	Apenas tem noção básica das contas, sem registros regulares.
E10	Não mencionado diretamente na perspectiva sobre controle.	Faz anotações apenas ocasionalmente.

Fonte: dados da pesquisa.

Assim, a maioria dos entrevistados adota diferentes níveis de formalização e sistematização em seus processos de controle. De acordo com as afirmações dos entrevistados, verifica-se que a maioria dos MEIs, especificamente mais da metade deles, utilizam agenda, caderno e alguns comprovantes ou recibos de compra e venda como única forma de controle para entrada e saída de dinheiro, controle de estoque e contas a pagar e a receber.

Também foi indagado se os MEIs já haviam recebido orientação sobre processos gerenciais para auxiliar na gestão do seu negócio. Os entrevistados E1, E5, E7, E8 e E10 declararam não ter recebido orientação formal sobre processos gerenciais. E5, E7 e E10 explicaram que, pela experiência acumulada ao longo do tempo, preferem seguir suas próprias práticas de administração. E9 também mencionou a falta de orientação, embora tenha sido abordado por um profissional oferecendo consultoria, que ele acabou recusando.

Alguns entrevistados mencionaram ter recebido orientações, mas não as colocaram em prática, como o entrevistado E2 que relatou que o Sebrae oferece esse tipo de informação, mas admitiu que não aplica as recomendações por resistência pessoal. E3 disse que recebe orientações da filha, estudante de Administração, mas optou por não adotar essas práticas. E4 comentou que um amigo já lhe deu conselhos sobre processos gerenciais, mas, por falta de conhecimento no tema, decidiu não os seguir. E6 relatou ter recebido algumas orientações do Sebrae, mas afirmou

não ter interesse em seguir essas recomendações, preferindo manter a gestão segundo suas próprias escolhas.

De acordo com as falas dos MEIs, nota-se que a maioria deles ainda não recebeu nenhum tipo de orientação efetiva para processos gerenciais que auxiliem na gestão do negócio. Alguns microempreendedores alegaram que não precisam por ter experiência no negócio em que estão inseridos. Também se procurou compreender de que maneira os entrevistados conheceram o MEI e o que os motivou a buscar mais informações. As respostas encontram-se na Tabela 3.

Tabela 3
Motivos de interesse no regime MEI

Entrevistados	Motivo	Descrição
E2, E6, E7, E10	Incentivo de terceiros	Apoio e orientações de amigos ou profissionais (contadores e Sebrae) sobre benefícios de formalização e INSS.
E3, E4	Necessidades comerciais	Formalização para atender exigências de empresas (CNPJ) e facilitar a compra de mercadorias.
E5	Segurança financeira e previdenciária	Busca de estabilidade futura, com foco em garantir segurança financeira e previdenciária.
E9	Fiscalização	Necessidade de formalização devido à fiscalização, inviabilizando a continuidade do negócio informal.
E8	Dificuldades com gestão e controle	Desafios na implementação de sistemas de controle e gestão, optando pelo MEI como alternativa mais viável.

Fonte: dados da pesquisa.

Também foi perguntado como foi o processo de abertura e o início das suas atividades na empresa nos seus CNPJ e quem esteve envolvido, incluindo se houve algum capital inicial envolvido (capital próprio e de terceiros). Verificou-se que a maior parte dos entrevistados iniciou suas atividades utilizando recursos próprios, sem recorrer a empréstimos, o que sugere uma preferência por evitar crédito externo no processo de formalização. Exemplos como os de E2 e E3 mostram que, além do capital pessoal, a contribuição para a aposentadoria também foi um motivo importante. E3 relatou que o processo de formalização foi rápido e simples, enquanto E2 destacou o incentivo recebido de amigos vinculados ao Sebrae.

Outro grupo de entrevistados buscou apoio de contadores e amigos com experiência para facilitar a formalização. E4, E5 e E6 mencionaram o auxílio de conhecidos no processo de abertura do MEI, utilizando também capital próprio. E5 relatou que comprou os equipamentos e mercadorias aos poucos, enquanto E4 enfatizou o apoio de um amigo e de uma contadora para esclarecer os trâmites burocráticos.

O Sebrae também desempenhou um papel relevante para alguns desses empreendedores. E7 contou que, sob orientação de uma contadora, foi ao Sebrae, onde a formalização ocorreu de forma rápida e prática, com o capital de uma rescisão trabalhista. E8, por outro lado, também contou com a ajuda de uma contadora, o que permitiu iniciar o negócio sem precisar de financiamento externo.

Em alguns casos, o investimento inicial veio de doações ou recursos familiares, evidenciando a importância da rede de apoio no início do negócio. E9 relatou que, após a aposentadoria dos sogros, o casal utilizou uma doação para alugar um ponto e comprar mercadorias. Por fim, E10 mencionou que ele e o esposo receberam orientação de um contador no local em que trabalhavam e usaram suas economias para a formalização do negócio. Também foi perguntado aos MEIs sobre como eles lidam com demandas emergenciais no seu negócio, e se eles possuíam algum capital de giro preparado para elas. A sumarização das respostas encontra-se na Tabela 4.

Tabela 4
Demandas emergenciais

Entrevistados	Abordagem	Descrição
E1 e E10	Dependência de crédito emergencial	Não mantêm reserva específica, utilizam cartões de crédito ou empréstimos com familiares.
E2, E3 e E5	Prioridade em ter reservas financeiras	E3: Planeja valores para cobrir inadimplências.
		E5: Reserva essencial para evitar retiradas do próprio bolso.
E4, E6 e E8	Reservas modestas para emergências	E6: Adotou o hábito de poupar gradualmente para despesas futuras.
		E4 e E8: Mantêm valores mínimos e evitam dívidas.
E7 e E9	Estratégia mista (reserva + crédito)	Possuem reserva, mas utilizam cartões de crédito quando necessário.

Fonte: dados da pesquisa.

Também foi perguntado aos MEIs como eles realizavam o levantamento de custos e o cálculo do preço de venda dos seus produtos ou serviços. Os entrevistados E1 e E2, indicaram que utilizam uma porcentagem fixa para precificar seus produtos, enquanto E9 e E10 aplicam uma margem de lucro diretamente sobre o custo de compra, variando entre 50% e 70% dependendo do produto.

Outro grupo de entrevistados, incluindo E3, E4, E5 e E6, afirmou que seu cálculo de preços depende majoritariamente das práticas de preços do mercado local. Por fim, E7 e E8 demonstram uma abordagem mista: E7 utiliza os preços do mercado onde trabalhou

anteriormente como referência, enquanto E8 opta por aplicar uma margem de lucro entre 50% e 60%, adaptando-a de acordo com o contexto econômico e o custo dos produtos.

Também foi perguntado aos MEIs, quais atividades de controle eles encontravam mais dificuldade em utilizar na gestão do seu negócio e o porquê. Essas atividades encontram-se descritas na Tabela 5.

Tabela 5

Atividades de maior dificuldade

Entrevistado	Atividade	Descrição
E1	Reserva de emergência	Dificuldade em acumular recursos devido ao hábito de gastar frequentemente.
E3	Controle de estoque	Variedade de produtos dificulta o gerenciamento adequado.
E8		Complexidade do controle de estoque, necessitando de alguém especializado para gerenciá-lo de forma eficaz.
E4, E5, E10	Nenhuma dificuldade significativa em controle	Facilidade devido à experiência e ao tamanho reduzido do negócio.
E5		Aquisição de habilidades ao longo do tempo, facilitando a execução das tarefas de controle.
E6, E7		Simplicidade nas operações, facilitando a gestão sem dificuldades.
E9	Controle de estoque	Dificuldade em gerenciar o fluxo de mercadorias por falta de tempo para monitoramento regular, resultando em compras excessivas e acumulação de itens. Necessita melhorar a organização.

Fonte: dados da pesquisa.

A avaliação dos dados coletados revela que a maioria dos microempreendedores individuais (MEIs) reconhece a relevância das informações contábeis e das práticas de controle na gestão de seus negócios. No entanto, foi constatado que muitos ainda recorrem a métodos rudimentares e informais, como registros em agendas ou cadernos, para monitorar entradas, saídas e controlar estoques. Essa abordagem limita a análise estratégica e confirma os argumentos de Nakagawa (2013), que destaca a importância de um controle financeiro eficiente mesmo para microempresas. A ausência de práticas estruturadas compromete não apenas a liquidez, mas também a continuidade do negócio, conforme alerta Marion (2015), ao destacar os riscos de decisões baseadas em dados financeiros imprecisos.

Além disso, muitos empreendedores enfrentam barreiras para adotar práticas mais estruturadas e sofisticadas. Ribeiro (2018) reforça essa dificuldade, apontando a falta de organização contábil como uma das principais fraquezas das microempresas, o que pode levar a erros de planejamento e redução da rentabilidade. Apesar dessas limitações, os dados indicam que grande parte dos MEIs reconhece o potencial das informações contábeis como ferramentas essenciais para melhorar a gestão e facilitar a tomada de decisões estratégicas. Essa percepção

está em conformidade com os estudos de Silva e Costa (2019), que destacam a relevância de práticas contábeis eficazes para o sucesso empresarial.

Um ponto crítico identificado foi o desafio no levantamento de custos e na precificação. Enquanto alguns entrevistados definem preços com base em margens fixas de lucro, outros se baseiam nas práticas do mercado local, o que evidencia a ausência de padronização dos cálculos. Essa abordagem expõe fragilidades e reafirma o que Iudícibus (2014) destaca sobre a importância de compreender os custos para formular estratégias de precificação que promovam competitividade e sustentabilidade. A dependência de práticas informais pode comprometer a lucratividade e dificultar a adaptação a mudanças de mercado.

Outro aspecto relevante é a fragilidade financeira dos MEIs, evidenciada pela ausência de reservas para emergências. A maioria dos entrevistados depende de soluções imediatas, como cartões de crédito ou empréstimos com familiares, o que demonstra a falta de um planejamento financeiro estruturado. Marion (2015) destaca que a ausência de controle do capital de giro é um dos principais desafios enfrentados por microempresas, comprometendo a capacidade de enfrentar imprevistos financeiros e manter a estabilidade do negócio.

Quanto ao suporte técnico, os resultados indicaram que a maioria dos MEIs não recebe orientação formal e depende de suas próprias experiências ou do auxílio de terceiros, como contadores ou amigos. Essa falta de apoio reforça o argumento de Silva e Costa (2019), que apontam a carência de busca por ferramentas gerenciais simples como uma barreira significativa à formalização e à eficiência na gestão.

Por fim, foi identificado que práticas de controle financeiro, como gestão de estoques e fluxo de caixa, ainda apresentam dificuldades para muitos MEIs, devido à falta de tempo, ferramentas adequadas ou conhecimento técnico. Apesar disso, a maioria reconhece que, mesmo com métodos rudimentares, as informações contábeis são fundamentais para garantir a saúde financeira do negócio. Esse achado está em linha com as conclusões de Oliveira, Santos e Silva (2021), que enfatizam que uma boa organização contábil pode facilitar o acesso a crédito e impulsionar o crescimento do empreendimento.

Diante disso, os resultados evidenciam a necessidade de maior investimento em capacitação e suporte técnico voltado para os MEIs, buscando otimizar o uso das informações contábeis e fortalecer as práticas de controle. Tais medidas são fundamentais para promover uma gestão mais eficiente e estratégica, contribuindo para a sustentabilidade e o crescimento desses negócios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar a percepção dos microempreendedores individuais de Monteiro - PB em relação às informações contábeis para a tomada de decisão. Para isso, foi realizada uma pesquisa de campo. A metodologia incluiu a realização de uma entrevista por meio de um roteiro de perguntas para analisar a percepção dos MEIs de Monteiro - PB em relação às informações contábeis para a tomada de decisão.

Os resultados apresentados mostraram que, embora a maioria dos MEIs entrevistados não utilize práticas de controle ou as aplique de maneira superficial, como ocorre em menor grau, eles acreditam amplamente que as informações contábeis advindas dessas práticas de controle têm grande relevância e podem contribuir para a tomada de decisão no negócio.

Este estudo contribui para entender a utilização das informações contábeis na gestão de microempreendedores individuais da cidade de Monteiro - PB pois, a partir dessa compreensão, é possível obter *insights* sobre a eficácia dessas informações na gestão dos MEIs, auxiliando a identificar desafios, aprimorar estratégias de gestão e orientar políticas públicas voltadas para o fortalecimento dos microempreendedores individuais.

Os resultados deste estudo poderiam servir de base para a geração de projetos que visem fomentar a educação contábil para esses empreendedores, por meio de políticas públicas, atividades extensionistas, ações advindas de grandes empresas, entre outras possibilidades. Esta pesquisa possui como limitação a dificuldade de acesso a integrantes da amostra que se voluntariassesem em participar da entrevista. Para pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos de campo aprofundados que abordem o entendimento das principais dificuldades dos MEIs em relação ao conhecimento contábil para gestão do negócio.

Conclui-se que, embora esses MEIs tenham um uso básico de tais ferramentas, proveniente da falta de conhecimento dos gestores, as informações contábeis são capazes de colaborar positivamente para o bom resultado das pequenas e micros empresas, correspondendo assim com a percepção dos microempreendedores individuais de que atividades de controle para a obtenção de informações contábeis são essenciais para o crescimento e para a gestão do negócio. Assim, as informações contábeis são capazes de colaborar positivamente para o bom resultado dos pequenos negócios, a partir de um planejamento assertivo de ações que influenciam os seus resultados no mercado.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. P. Contabilidade e finanças para microempreendedores. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

ALVES, R. V.; CARVALHO JUNIOR, J. E. M. de; SILVA, E. S. da; CASTRO, R. S. de; RIZZO, H.; MEDEIROS, R. S.; HIGINO, S. S. dos S. Caracterização da caprinocultura leiteira no Cariri Ocidental, Semiárido Paraibano, Nordeste do Brasil. **Research, Society And Development**, v. 11, n. 12, 14 set. 2022. Research, Society and Development.
<http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i12.34254>.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 – Essa legislação estabeleceu o Simples Nacional, criando um regime de arrecadação tributária unificado para micro e pequenas empresas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 26 nov. 2024.

BRASIL. Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008 – Estabelece o regime jurídico do Microempreendedor Individual (MEI), com foco na formalização de pequenos negócios e na simplificação tributária. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm. Acesso em: 26 nov. 2024.

BRASIL, Receita Federal. **Opções de Relatórios - MEI**. Disponível em:
<http://www22.receita.fazenda.gov.br/inscricaomei/private/pages/relatorios/opcoesRelatorio.jsf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

COSTA, P. B. Microempreendedor Individual: Uma Análise sobre a Utilização do controle de fluxo de caixa em Palmeira dos índios. Alagoas, 2018. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – UFAL, Santana do Ipanema, 2018.

FARAH, O. E; CAVALCANTE, M; MARCONDES, L. P. Empreendedorismo estratégico – Criação e gestão de pequenas empresas. 2. Ed. São Paulo: Cengage learning, 2018

GARRISON, R. H.; NOREEN, E. W.; BREWER, P. C. **Contabilidade Gerencial**, 15^a edição, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, L. D. **Importância do Profissional da Contabilidade para o Microempreendedor individual (MEI)**. Criciúma. 2021. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso, (Bacharel Ciências Contábeis) Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC. Criciúma. 2021.

IUDÍCIBUS S. **Teoria da Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

JESUS, M. K. D. **Microempreendedor Individual e a utilização de ferramentas da Contabilidade gerencial na gestão do negócio – uma análise nos segmentos de restaurantes e lanchonetes no município de Anchieta/ES**. Guarapari, 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração), Faculdades Unificadas Doctum de Guarapari, Guarapari, 2017.

KAUARK, F.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa: guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7^a ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, J. C. **Contabilidade básica**. 11. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ISSN:2446-8622

MOHAMMED, Mohammed Mahmood. Importance of Accounting Information in Management Decision-Making Process. **Journal of Studies in Science and Engineering**, v. 2, n. 2, p. 42-56, 24 jun. 2022. EngiScience Publisher. <http://dx.doi.org/10.53898/josse2022224>.

NAKAGAWA, M. **Contabilidade gerencial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, D. N. **Assessoria Contábil para os MEIs: um estudo conforme a ótica dos Microempreendedores Individuais e prestadores de serviços contábeis do município de Santana do Ipanema**. Santana do Ipanema, 2017. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Alagoas, Santana do Ipanema, 2017.

OLIVEIRA, L.; SANTOS, R.; SILVA, M. **Contabilidade para micro e pequenas empresas**. São Paulo: Atlas, 2021.

POPA, A. F.; NEDELEA, M. A. Research on the Role of the Company's Financial Statements in the Decision-Making Process. **Ceccar Business Review**, v. 3, n. 3, p. 53-61, 31 mar. 2022. The Body of Chartered Certified Accountants and Licensed Accountants of Romania. <http://dx.doi.org/10.37945/cbr.2022.03.07>.

PEREIRA, J.; SOUZA, R. **Planejamento tributário nas microempresas**. São Paulo: Atlas, 2020.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, C. S. **Gestão contábil e financeira para pequenos negócios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

SANTOS, J. C. **A importância da contabilidade para o desempenho das microempresas**. Curitiba: Juruá, 2019.



ISSN:2446-8622

SANTOS, M. M. A. **A tomada de decisões sob a óptica das finanças comportamentais no contexto do empreendedorismo: um estudo com microempreendedores.** Fortaleza. 2020. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

SANTOS, J. T. O.; MARCELINHO, J. A. A importância da contabilidade para o microempreendedor individual. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 11, p. 495–512, 2022.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Linha do tempo: histórico e políticas públicas relacionadas ao MEI e Simples Federal. Disponível em:
[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/50e8b19488f874fea224183a1fdf4436/\\$File/5705.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/50e8b19488f874fea224183a1fdf4436/$File/5705.pdf). Acesso em: 26 nov. 2024.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Brasil tem quase 15 milhões de microempreendedores individuais. Disponível em:
<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/brasil-tem-quase-15-milhoes-de-microempreendedores-individuais,abeae89f76a8d810VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 26 nov. 2024.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS PARAÍBA (Sebrae Paraíba); COSTA, I.; AMORIM, L. A. G. A.; LIMA, E. S.; SOUSA. J. A. **Memórias, narrativas e perspectivas: 25 anos do Pacto Novo Cariri**, João Pessoa - PB, 2025.

SILVA, L. A.; COSTA, F. R. **Gestão financeira para microempresas: desafios e soluções**. São Paulo: FGV, 2019.

SIMÕES, Franciedia Santos. **Microempreendedor individual: uma análise sobre a importância da contabilidade para o crescimento e consolidação do empreendimento em Caicó RN**. Caicó, 2015. 51 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Departamento de



ISSN:2446-8622

Ciências Exatas e Aplicadas, Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, RN. 2015.

